



Ata da 13ª sessão ordinária da 3ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Aos 2 (dois) dias do mês de maio do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, no horário regimental, foi realizada a 13ª sessão ordinária da 3ª sessão legislativa da 18ª legislatura, presidida pelo Vereador Odair José Sanson Junior, secretariada pelos Vereadores Gilberto Rogalski, 1º Secretário, e Lucas dos Santos, 2º Secretário, e presentes os Vereadores Egon Krambeck, Joslei Sequineli, Jovane Sebastião Ferreira (Vane), Marcos Marcel Pietralla, Rogério Czelusniak e Vagner Kachimarki (Vaguinho). Havendo número legal de Vereadores, o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo povo, abriu a sessão e convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira. Solicitou ao senhor 2º Secretário que realizasse a leitura da ata da sessão anterior, que foi colocada em discussão e aprovada por unanimidade. Solicitou ao senhor 1º Secretário que realizasse a leitura do expediente, no qual constou o seguinte: do excelentíssimo senhor Sergio Luis Belich, Prefeito Municipal, ofício 198/2023, de 27/4/2023, em referência ao ofício 85/2023 e à indicação 35/2023 da Câmara Municipal, encaminhando cópia do processo 8091/2023 com parecer do Departamento de Segurança e Trânsito, informando que as Ruas Vicente Machado e Coronel Macedo passaram por análise técnica e projeto de sinalização recente e que já existem ondulações transversais próximas ao Colégio Realeza; ofício 202/2023, de 2/5/2023, em referência ao ofício 409/2022 e à indicação 230/2022 da Câmara Municipal, informando a inexistência de planos para construção de CMEI na localidade de Queimadas, considerando a falta de demanda de alunos; ofício 203/2023, de 2/5/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6064/2023, que “altera dispositivos da Lei nº 2.718, de 21 de maio de 2008, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e dá outras providências”; ofício 204/2023, de 2/5/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6065/2023, que “altera dispositivos da Lei nº 5.576, de 6 de setembro de 2022, que cria o Programa Bolsa Aluguel Social e dá outras providências”, ofício 205/2023, de 2/5/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6066/2023, que “regulamenta, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a concessão de gratificação de função prevista pelo inciso I do art. 172 e definida no art. 173, ambos da Lei nº 1.700, de 28 de março de 1994, cria a função de confiança de enfermeiro coordenador e dá outras providências” e ofício 206/2023, de 2/5/2023, encaminhando para apreciação o projeto de lei 6067/2023, que “regulamenta as funções de pregoeiro e agente de contratação, dos membros da equipe de apoio, comissão permanente de licitação e comissão de contratação do Município de Palmeira e dispõe sobre a concessão das respectivas gratificações de função e dá outras providências”; ofício 59/2023, de 2/5/2023, do senhor Diego José Lopes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, solicitando que a audiência pública sobre o saneamento básico no Município do dia 10/5/2023, às 19 horas, fosse transmitida ao vivo pelo canal da Câmara no Youtube; comunicado da Caixa Econômica Federal informando a liberação de recursos para o Município de Palmeira, no valor de R\$ 2.500.000,00, referente ao contrato de financiamento 0526341-64/2019; ofício 76/2023 da Senhora Ana Maria Schulli, Psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Vigilância Epidemiológica – Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência, convidando os senhores Vereadores para o evento “PROTEJA”, alusivo ao Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 17/5/2023, às 20 horas, no Cine Teatro Municipal; requerimento 30/2023 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, solicitando prazo de 30 dias para emissão de parecer ao substitutivo ao projeto de lei complementar 35/2022; indicação 32/2023 da Comissão de Fiscalização, indicando o arquivamento do relatório 13/2023 do Departamento Financeiro; e das Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e de Urbanismo e Obras Públicas parecer ao projeto de lei 6063/2023. Concluída a leitura da matéria do expediente, o senhor Presidente solicitou ao senhor 1º Secretário que realizasse a verificação dos Vereadores presentes e dos inscritos para fazer uso da palavra. Anotou-se a presença de todos os Vereadores. O Vereador Rogério Czelusniak se inscreveu para fazer uso da palavra sobre o assunto “Refis”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e público. Disse que muitas pessoas lhe questionaram sobre o que fazer para quitar os débitos com o Município, como IPTU e ISS. Que na semana anterior conversou com o Prefeito Sergio Belich e o Procurador-Geral do Município Carlos Eduardo, tendo sido informado que em 60 dias, aproximadamente, o Município disponibilizaria o Programa de Recuperação Fiscal, mais conhecido como Refis. Relatou que a Prefeitura estava definindo os critérios do programa, que não poderia oferecer mais vantagens do que aquelas



concedidas para as pessoas que pagaram os impostos em dia, mas mesmo assim essa era uma oportunidade vantajosa para as pessoas e empresas que quisessem regularizar as suas situações perante a Fazenda Municipal, com redução de juros e multas e parcelamento dos valores devidos. Pediu que os interessados prestassem atenção aos prazos que seriam divulgados pela Prefeitura. Ressaltou que o projeto do programa seria enviado para a Câmara para deliberação pelos Vereadores. Agradeceu. O Vereador Egon Krambeck se inscreveu para fazer uso da palavra sobre o assunto “Fiscalizar é preciso, mas com responsabilidade”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e público. Disse que a Casa presenciou, na semana anterior, a postura indignada de alguns Vereadores da oposição, que esbravejaram inconformados em virtude da não aprovação pelo Plenário, em 1ª votação, do relatório final da CPI instaurada pela Portaria 1062/2022, alegando falta de transparência da atual Administração. Falou aos Vereadores Marcel e Vane que na Câmara as coisas não se definem com irritação, vozes alteradas e incitamento da população contra os Vereadores. Ressaltou que vota por convicção e não por pressão. Que a orientação das votações é definida com diálogos, argumentos e convencimentos e o relatório apresentado não lhe convenceu em absolutamente nada. Relatou que em detalhada análise do documento, verificou diversos pontos de inconsistência, que se iniciaram com a discordância do Vereador Rogério, membro da CPI, manifestada em ofício anexado ao processo, no qual afirmou que não teve a oportunidade de debater o conteúdo do relatório ou tampouco foi informado da sua finalização, não o tendo assinado. Disse que apresentou um ofício, também anexado ao processo, discordando do conteúdo do relatório, pois lhe foi atribuída a autoria da denúncia que embasou a abertura da CPI, uma mentira grosseira, pois nunca havia se manifestado publicamente sobre o assunto, menos ainda na tribuna. Destacou que apesar das discordâncias mencionadas e oficializadas, a CPI não se manifestou sobre os fatos e sequer fez alterações no corpo do relatório. Disse que os depoimentos coletados não levaram a conclusão alguma sobre o objeto da investigação, a suposta irregularidade na contratação de máquinas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural com a compactuação de agentes públicos, e a única divergência encontrada foi em uma máquina patrola que possuía o escarificador na parte traseira e não dianteira, a qual trabalhou por período de tempo curtíssimo substituindo outro equipamento que estava em manutenção. Falou que tudo se resumiu a posição do escarificador e não a sua inexistência, tendo sido necessária uma CPI para se chegar a essa conclusão. Disse ser preciso ter bom senso e responsabilidade pelos atos praticados na Casa, a fim de que os dados sejam corretos e não haja má interpretação. Que requerer a criação de uma CPI sem a devida cautela e sem maiores informações ou documentos, para no final constatar-se que a pretensa ilegalidade estava restrita à localização do escarificador de uma patrolada locada, é no mínimo ingenuidade ou tem a intensão de criar tumulto. Relatou que foram convocadas para prestar depoimento pessoas que nada sabiam sobre o assunto e feitas perguntas tendenciosas e fora do objetivo da CPI, como sobre as condições das estradas aos depoentes Odair e Rafael e projetos de pavimentação em pedras poliédricas ao depoente Aldemar Viante. Disse que no corpo do relatório foi realizada uma ginástica de teorias fantasiosas, sem apresentar um único fato sólido e consistente da existência de prejuízos à municipalidade. Que foi criada uma narrativa rebuscada tentando atribuir ineficiência à Administração Pública e afirmando, com certo grau de delírio, que “toda a sorte houve possível ato de improbidade administrativa”. Falou que houve exagero nas narrativas e uma tentativa de causar desgaste na imagem da atual gestão, não havendo nada em concreto, apenas hipóteses, indicando a peça mais uma posição político-partidária do que a ocorrência de falha administrativa. Disse que pretenderam colocar a atual Administração na vala comum das anteriores, nas quais foram encontradas muitas evidências de irregularidades e ilegalidades, algumas levantadas por ação sua e da Câmara, tendo uma inclusive sido comprovada e resultado na assinatura de um acordo de não-persecução civil entre o Ministério Público e o denunciado. Relatou que nesse último caso o Ministério Público apresentou denúncia criminal, aceita pelo Poder Judiciário da Comarca em 17/4/2023. Expressou que todas as situações que precisam ser definidas pela Câmara devem ser ponderadas, analisadas e decididas com razão, não com emoção, esbravejamento e incitamento da população. Disse que manteria o seu voto consciente pela rejeição do projeto que trata da CPI por uma questão de responsabilidade pessoal e para com a Instituição, mas a eventual rejeição da proposição não tiraria dos Vereadores Marcel, Vane e Vaguinho a condição para oferecimento de denúncia pessoal e formal ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado ou outra instituição. Relatou que ouviu frequentes cobranças na Casa



sobre a ausência de transparência da gestão atual, entretanto, qualquer cidadão poderia ter acesso às informações que precisasse no site da Prefeitura e a Secretaria de Comunicação colocava na mídia uma enormidade de dados. Relatou ainda que, conforme relatório divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o índice de transparência do Poder Executivo de Palmeira passou de 60,16% em 2019 para 96,4% em 2022, atestando que a atual gestão tem transparência, seriedade, responsabilidade e compromisso com a população do Município. Agradeceu. Não havendo mais inscitos, seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os senhores Vereadores. Em discussão e votação única, em separado, foram aprovados por unanimidade os requerimentos 28, 29 e 30/2023. Em discussão única, em bloco, as indicações 46, 47, 48, 49, 50 e 51/2023. O Vereador Egon Krambeck, sobre a indicação 50/2023, disse que a iniciativa da proposição foi da Parlamentar Jovem Nathália Havrechaki. Destacou o interesse da Parlamentar e que muitas vezes as pessoas acham que os jovens estão alheios e ausentes, mas esse é um exemplo nítido de que eles se preocupam com a comunidade. Relatou que a Parlamentar Jovem Nathália falou que os cursos profissionalizantes ofertados pela Prefeitura eram para maiores de 16 anos, entretanto, várias pessoas acima dos 14 anos tinham interesse em fazê-los, mas não havia oferta. Disse que essa formação possibilitaria um preparo a mais para ingresso no mercado de trabalho. Parabenizou a Parlamentar Jovem pela ideia. Em votação única, em bloco, foram aprovadas por unanimidade. Em 2ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 6060, 6061 e, em votação nominal, o 6062/2023. Em 2ª discussão o projeto de resolução 156/2023. O Vereador Vaguinho cumprimentou todos os presentes. Disse ficar pensativo com alguns comentários feitos por Vereadores, que “o mesmo pau que bate em Chico não bate em Francisco” e que havia dois pesos e duas medidas. Expressou que como requerente da CPI, ficou indignado pela atuação de alguns parlamentares. Que se o relatório fosse rejeitado após quatro ou cinco meses de trabalho, talvez os Vereadores não deveriam ter aprovado o requerimento de instauração como fizeram. Falou que embora os Vereadores Marcel, Vane e Rogério pudessem encaminhar o relatório para o Ministério Público, o que seria estudado, ficou um ponto de interrogação sobre o porquê não o mandar pela Câmara, pois Administração Pública deveria ser transparente e a Câmara estava fazendo um julgamento. Disse que votou favoravelmente a aprovação dos relatórios das outras CPIs, pois quem tem que ser investigado deve ser e quem deve precisa pagar. O Vereador Egon Krambeck disse que a aprovação da abertura da CPI não significava a aprovação do relatório final, pois é a na CPI que deveriam ser feitas as investigações e levantadas as argumentações. Ressaltou que no requerimento de abertura constava o termo “supostas irregularidades” e no caminhar dos trabalhos, com as oitivas das testemunhas e coleta de documentos, a Comissão deveria ter trazido dados que dessem a base fática e legal, mas, particularmente, considerou que o relatório não apresentou essas informações e não viu razão para a aprovação e prosseguimento. Disse que os Vereadores, havendo convencimento pessoal, poderiam encaminhar o documento para o Ministério Público, Tribunal de Contas ou outra entidade. O Vereador Marcel Pietralla cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e público. Destacou a importância do relatório da CPI, resultado de várias investigações e depoimentos. Disse que não sabia se o Vereador Egon tinha algo contra a sua pessoa, uma paixão recolhida ou gostava-lhe muito, pois colocava ponto em todas as suas falas. Expressou que não lhe assustava o Vereador Egon fazer um teatro na tribuna em cima de um relatório tão sério e empurrá-lo para debaixo dos panos. Destacou que os Vereadores estavam a ver navios, pois o Prefeito não indicou um Líder do Governo. Falou que o Vereador Egon aparecia com o Prefeito e o Vice-Prefeito em todas as fotos de coisas boas nas redes sociais da Prefeitura e questionou se ele seria cortado caso votasse pela aprovação do relatório. Disse que o trabalho sério apontou fortes indícios de irregularidades, como o não recebimento da patrula por um dos fiscais do contrato, e o relatório seria encaminhado para o Ministério Público e outros órgãos cabíveis mesmo sem a assinatura do Vereador Rogério. Expressou que enquanto Presidente da Câmara por dois anos, o Vereador Egon fez da Casa um puxadinho do Executivo, tentando inibir a investigação realizada por alguns Vereadores, por isso não lhe assustava que ele estivesse tentando jogar o relatório para debaixo do tapete. O Vereador Rogério Czelusniak disse que votaria pela aprovação do relatório se tivesse constatado a existência de prejuízo para o Município, mas isso não aconteceu. Ressaltou que o seu voto era consciente e ninguém estava fazendo a sua cabeça. O Vereador Vane disse que discordava do Vereador Rogério, pois a máquina patrula trabalhou por cerca de 90 dias para o Município e acarretou sim em prejuízos. Que infelizmente, conforme relatado pelo Vereador Marcel, alguns Vereadores fazem



teatro e buscam inibir um trabalho sério realizado durante cinco meses, no qual foram ouvidos funcionários e donos da empresa. Relatou que votou pela aprovação dos relatórios das outras CPIs buscando a transparência e para priorizar a população, a ideia principal da Câmara. Expressou sua indignação e pediu que os Vereadores da base pensassem sobre a votação do projeto. O Vereador Lucas dos Santos discordou que a Câmara era um puxadinho do Executivo e disse que cada Vereador tinha a sua consciência. Relatou que já rejeitou projetos apresentados pela Administração e, conforme seus argumentos e decisões, votaria contra as proposições desfavoráveis para o Município e que atingissem os cofres públicos. Disse que manteria o seu voto contrário à CPI. Em votação nominal, o projeto foi rejeitado pela maioria, com votos contrários dos Vereadores Egon Krambeck, Gilberto Rogalski, Joslei Sequineli, Lucas dos Santos, Odair José Sanson Junior e Rogério Czelusniak. Em 1ª discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei 6063/2023. Finalizada a votação das matérias da ordem do dia, o senhor Presidente encaminhou às Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os projetos de lei 6064 ao 6067/2023 e à Comissão de Educação, Cultura, Bem-estar Social e Meio Ambiente os projetos de lei 6064 ao 6066/2023 para análise e emissão de pareceres. O Vereador Egon Krambeck se inscreveu em explicação pessoal com o assunto “CPI”. Com a palavra, disse que a sua postura ao se referir ao Vereador Marcel não era pessoal, mas institucional. Que fez isso porque é geralmente o Vereador Marcel quem tem contraditado alguns projetos. Expressou que se manifestou sobre a CPI porque o seu nome foi mencionado anteriormente. Que não empurrava nada para debaixo do tapete e não tinha conchavos ou acertos para sair em fotos com o Prefeito, pois tinha personalidade própria e de independência, não dependendo dessas coisas para se autopromover. Disse falar de assuntos que dizem respeito à comunidade de coração aberto e com franqueza, sem usar artifícios políticos antigos, dissimulando e inventando histórias, mas de maneira direta e olhando para as pessoas, seja Prefeito, Vice-Prefeito, colegas Vereadores ou população em geral. Afirmou que o seu voto foi consciente, pois não viu consistência que justificasse a aprovação da CPI. Agradeceu. O Vereador Vaguinho se inscreveu em explicação pessoal com o assunto “Refis”. Com a palavra, agradeceu ao Vereador Rogério pelo pedido que fez sobre o Refis. Relatou que apresentou uma indicação no começo do mandato sobre o assunto e que torceria para que o Prefeito e sua equipe financeira colocassem em prática esse programa, o qual tem por objetivo ajudar aqueles que têm débitos em suas empresas. Disse que tinha o costume de falar com o Prefeito, mas que trabalhando junto com o Vereador Rogério esse projeto iria funcionar. O Vereador Marcel Pietralla se inscreveu em explicação pessoal com o assunto “Indicação 97/2022”. Com a palavra, relatou que em 24/5/2022 foi procurado por representantes da comunidade do Papyrus, para a qual mandou um abraço, porque a calçada localizada na Rua Padre Anchieta, em frente ao barracão da igreja, necessitava de revitalização. Destacou o grande fluxo de transeuntes no local e que no dia 21/5 seria realizada a festa da padroeira da comunidade. Pediu o apoio do Secretário Municipal Diego José Lopes para a resolução desse problema. Destacou que a indicação foi aprovada por todos os Vereadores e faltava o Executivo realizar a obra. Não havendo mais inscritos, o senhor Presidente informou que foi encaminhado ao e-mail dos senhores Vereadores a prestação de contas de Câmara Municipal referente a abril/2023 e que qualquer dúvida poderia ser solucionada com a contabilidade ou secretaria. Lembrou que no dia 3/5, às 15 horas, a Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização realizaria audiência pública na Câmara Municipal para apresentação do projeto de lei 6059/2023, que trata das diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2024, com transmissão ao vivo pelo canal da Câmara no YouTube. Não havendo mais nada para ser tratado, comunicou que a próxima sessão ordinária seria realizada no dia 9 de maio, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única da indicação 52/2023 e a 2ª discussão e votação do projeto de lei 6063/2023. Agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1º Secretário.